

A DINÂMICA ECONÔMICA E DO TRABALHO DOS ANOS 1980: DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA AOS AVANÇOS E RETROCESSOS NA LUTA DOS TRABALHADORES

Márcia Naiar Cerdote Pedroso¹
Leonardo da Rocha Botega²

Resumo:

O presente estudo parte da perspectiva de avaliar a dinâmica da economia e do mercado de trabalho nos anos de 1980 no Brasil. Primeiramente, desenvolve-se uma análise em torno da dimensão da crise econômica assistida no Brasil ao longo dos anos de 1980. Com a economia estagnada e o crescimento travado perante uma dívida externa que se avolumava, o setor produtivo se voltou às buscas de novas estratégias objetivando conter e reverter o quadro de crise da atividade produtiva. Tais medidas estratégicas estavam atreladas a novos padrões de modernização da atividade produtiva que, mesmo de maneira, ainda isolada, foram sendo introduzidos os mecanismos de produção e trabalho baseados na produção toyotista e flexível. Num segundo momento, busca-se discutir a maneira como foram sendo introduzidas essas novas técnicas produtivas, bem como as tendências e os efeitos dos ajustes econômicos e das mudanças no setor produtivo sobre o mundo do trabalho. Diante desses apontamentos, o problema central desse estudo se pauta no modo de resistência e o enfrentamento às políticas produtivas conservadoras, por parte dos trabalhadores, assim como nos avanços e retrocessos do poder sindical e da luta pela ampliação de direitos.

Palavras- Chave: Crise da Dívida Externa, Reestruturação Produtiva, Luta Sindical.

Abstract:

This study departs from the perspective of evaluating the dynamics of the economy and the labor market in the 1980s in Brazil. Firstly, it is developed an analysis concerning the dimension of the assisted economic crisis in Brazil over the 1980s. With the stagnant economy and the growth braked due to an external debt that swelled more and more, the productive sector turned to the search for new strategies aiming to contain and reverse the crisis of productive activity. Such strategic measures were linked to new patterns of modernization of the productive activity, which, even so still isolated, introduced the mechanisms of production and work based on a Toyotist and flexible production. Secondly, we seek to discuss how these new productive techniques were being introduced, as well as the tendencies and the effects of the economic adjustments and changes in the productive sector on the world of work. Considering these observations, the main problem of this study is guided in the way of resistance and confrontation to conservative productive policies given by workers, as well as in the advances and regressions of the trade union power and the struggle to expand rights.

Keywords: External Debt Crisis, Productive Restructuring, Trade Union Fight.

¹ Bacharel em Economia e Especialista em Pensamento Político Brasileiro pela UFSM. Mestre em Desenvolvimento pela UNIJUÍ/RS. E-mail: marciacerdote@brturbo.com.br

² Professor de História do CAFW-UFSM. Mestre em Integração Latino-Americana pela UFSM. E-mail: leobotega@brturbo.com.br

1 Considerações Iniciais

A década de 1980 representou para a economia brasileira o esgotamento e a fragilidade de um modelo de desenvolvimento iniciado nos anos de 1930, o modelo econômico desenvolvimentista, o qual obtinha como sustentáculo a alta dependência do capital externo. Na medida em que os recursos externos, principais fontes de financiamento da economia, passaram a ser restringidos, o país se deparou com uma longa crise de estagnação e inflação acelerada, tendo seu primeiro grande choque com a crise da dívida externa brasileira em 1982. Momento em que o mercado financeiro internacional retraiu-se para novas operações que permitiam a rolagem da dívida, ou seja, financiamentos realizados para pagar a dívida. Isso devido a forte crise em que se encontravam os países desenvolvidos no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Nessas circunstâncias, o Brasil, além de ingressar nos anos 1980 fortemente endividado, também viu o crescimento da economia esbarrar na falta de recursos externos.

A dívida externa brasileira conjuntamente com a escassez de recursos externos repercutiu no ajuste interno em termos de restrições fiscais e monetárias, o que por seu turno, ocasionou numa acentuada recessão econômica, com redução da atividade industrial, queda da produção e do emprego, alta inflação e intensa degradação dos salários, dessa maneira, travando profundamente as possibilidades de crescimento. Diante desse cenário recessivo a economia brasileira vai buscar estratégias para conter e reverter o quadro de crise da atividade produtiva, ao mesmo tempo em que necessita aumentar as exportações para obtenção do superávit da balança comercial, o qual seria destinado ao pagamento da dívida. Tais estratégias vinham no sentido de alterar os patamares de competitividade das empresas brasileiras. Com isso, foram sendo adotados novos padrões de qualidade e produtividade. O setor industrial passou a dar início a um processo de reestruturação na sua base técnica de produção, implementando projetos abrangentes de modernização com base na tecnologia microeletrônica, o que, por sua vez, ocasionou amplas mudanças nos padrões de uso e controle da força de trabalho utilizada. Desta forma, de maneira isolada, se disseminavam as técnicas de produção e trabalho baseadas do modelo de produção toyotista e flexível.

Estas mudanças no setor produtivo vão impactar diretamente sobre a população trabalhadora já, historicamente, caracterizada pela baixa remuneração, alta heterogeneidade e rotatividade, com baixa qualificação e nível de escolaridade, isso acompanhado de uma fragilidade na efetivação dos direitos ao trabalho. Nesse sentido, numa situação que já vinha

deteriorada, no momento em que se defronta com políticas de gestão da força de trabalho implementadas num viés conservador de novas técnicas produtivas - as quais, visavam aumentar a produtividade e o desempenho da capacidade instalada às custas de uma maior intensificação do trabalho - as condições trabalho e a precarização das relações de trabalho assumiriam uma dimensão ainda maior.

Com base nessas considerações, o presente artigo busca analisar os mecanismos que o setor produtivo da economia irá utilizar para enfrentar a crise e o baixo crescimento econômico do período. Ao mesmo tempo, aponta as tendências e os efeitos dos ajustes econômicos e das mudanças no setor produtivo sobre o mundo do trabalho, relacionando de maneira conjunta ao movimento operário que ganha força com a crise da política do regime militar nesse início dos anos de 1980. Assim, a resistência e o enfrentamento às políticas produtivas conservadoras, por parte dos trabalhadores, bem como, o avanço do poder sindical e da luta pela ampliação de direitos é que se firma a base do desenvolvimento desse estudo.

2 A dinâmica econômica e o processo de reestruturação produtiva nos anos 1980

A penúltima década do Século 20 é vivenciada por um período de enorme conturbação econômica e social que vinha se desenrolando desde meados dos anos 1970. O paradigma desenvolvimentista iniciado na Era Vargas, anos 1930, aprofundado pelo governo Juscelino Kubitschek, nos anos 1950, e pelos governos militares, nos anos 1970, começa a sinalizar seu esgotamento. Ao mesmo tempo, a efervescência dos movimentos pelo processo de redemocratização se acentua. Em meio a esse emaranhado de situações é que surgiam os primeiros impulsos do surto de reestruturação produtiva, mais precisamente, a partir da crise da dívida externa em 1981, a qual levou a debilitação das condições de reprodução do capitalismo no Brasil.

No cenário internacional, os países desenvolvidos iniciaram o processo de reestruturação produtiva no início dos anos de 1970, quando se desencadeou a crise do modelo fordista-keynesiano de produção e trabalho. Tal processo tinha como objetivo a busca da recuperação do potencial de crescimento e expansão de suas economias. Paralelamente, nesse mesmo período o Brasil iniciava o último momento da estratégia desenvolvimentista de

“fuga para frente”³ através do “Milagre Econômico” (1968-1973) e do II PND (1974-1976). Estes propiciaram um novo impulso e dinamismo expansivo para a economia brasileira até fins da década de 1970, sobretudo, a partir do endividamento externo.

As crises internacionais do Petróleo - a primeira em 1973 e a segunda em 1979 - conjuntamente com a queda do ritmo de crescimento dos países desenvolvidos, levaram ao esgotamento do principal caminho de financiamento, segundo a política econômica da Ditadura, ao crescimento econômico brasileiro, qual seja, o capital estrangeiro. Foi o capital estrangeiro que permitiu a estratégia de “fuga para frente” que buscava o crescimento econômico como forma de não enfrentamento dos problemas estruturais do País.⁴ Assim, a escassez deste representou o fechamento de um dos principais sustentáculos da estratégia desenvolvimentista.

Os limites do desenvolvimentismo se manifestaram de forma contundente na década de 1980. A crise da dívida externa se disseminava por boa parte dos países da periferia do sistema capitalista, principalmente da América Latina, onde o efeito mais significativo ocorreu na crise do México em 1982. Essa crise demonstrava a fragilidade dos balanços de pagamentos desses países.

Nesta perspectiva, Luiz Filgueiras enfatiza que:

[...] com o segundo choque do petróleo e a elevação da taxa de juros americana [...] a situação internacional se modificou completamente, e para pior, no que se refere à oferta de recursos financeiros aos países ‘em desenvolvimento’. De uma situação de excesso de liquidez nos mercados financeiros, passou-se a outra de extrema escassez, inaugurando para esses países um período de estagnação do crescimento, aceleração inflacionária e exportação de capitais.⁵

Complementando a essa ideia, Souza avalia que de fato,

³ A ideia de “fuga para frente” é desenvolvida por José Luis Fiori, na obra “O vôo da coruja”, como proposta para explicar as contradições do modelo desenvolvimentista brasileiro. O autor propõe que o desenvolvimentismo brasileiro se caracterizou, em suas diferentes vertentes, pela combinação dos setores arcaicos e novos da economia e pela “busca de crescimento econômico como forma de não enfrentar seus conflitos internos e as reivindicações populares por uma democratização da terra e da riqueza”. Esse crescimento econômico era propiciado pela atração de capitais estrangeiros e utilizado como subterfúgio para a não realização de transformações estruturais na economia e na sociedade brasileira. Assim, as reformas estruturais eram empurradas para o futuro em troca de frágeis períodos de acumulação e crescimento econômico. Ver: FIORI, José Luis. **O vôo da coruja**: para reler o desenvolvimentismo brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2003.

⁴ FIORI, *op. cit.*, p. 124.

⁵ FILGUEIRAS, Luis Antonio Mattos. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2012, p.71.

[...] a dívida externa, depois de seu crescimento explosivo a partir de fins dos anos de 1970, passara a constituir-se no principal ponto de estrangulamento da economia brasileira, pois dela derivavam os principais problemas que, naquele momento, estavam asfixiando a nossa economia, como a transferência de recursos para o exterior, os juros elevados, a recessão, o desemprego, a inflação, o déficit financeiro do setor público.⁶

Desta forma, ficava demonstrado que a absorção de recursos externos, base de sustentação da inserção externa do Brasil desde o pós-guerra, passou a ser fortemente revertido, transformando-se em transferência de recursos para o exterior em função do pagamento de serviços e amortização da dívida externa.

Na tabela abaixo, podem ser visualizadas as tendências perversas que se encontrava a economia brasileira durante os anos de 1980:

TABELA 1 - Evolução da dívida externa e da inflação – 1980 – 1989.

	Dívida		Inflação (%)
	Externa Bruta (US\$ bi)	Reservas (US\$ bi)	
1980	53,8	6,9	110,2
1981	61,4	7,5	95,2
1982	69,6	4,0	99,7
1983	81,3	4,6	211,0
1984	91,1	12,0	223,8
1985	95,8	10,5	235,1
1986	101,7	6,7	65,0
1987	107,5	7,5	415,8
1988	102,5	9,1	1.037,5
1989	99,3	9,7	1.782,9

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos de BRUM (2010) e SOUZA (2008)

Como pode ser visto, a partir de 1982 ocorre o agravamento de deterioração do quadro econômico, principalmente, devido a ruptura de financiamento por parte dos credores internacionais. Com a deficiência de divisas e a utilização de reservas cambiais no seu limite, o Brasil ficou incapacitado de honrar com seus compromissos para com o pagamento da dívida. Nessas circunstâncias, o governo viu-se obrigado a renegociar a dívida nas condições impostas pelo FMI e Banco Mundial, fato que, se traduziu, conforme Brum, “na falência financeira do país”, pois, “transferiam-se para o sistema financeiro internacional as decisões fundamentais sobre a gestão financeira e econômica do país”⁷. Isso significava não somente a

⁶ SOUZA, Nilson Araújo de. **A economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2008, p. 153.

⁷ BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 27ª edição. Ijuí-RS: Editora UNIJUÍ; Petrópolis-RJ: Vozes, 2010, p. 390.

perda da formulação da política econômica própria, mas, principalmente a exigência de políticas que conduziram inevitavelmente a uma marcante recessão.

Na “Carta de Intenções”, assinada pelo governo João Batista Figueiredo, em fevereiro de 1983, com o FMI, havia um conjunto de medidas estabelecendo que os mecanismos para combater a inflação e promover o saneamento econômico deviam se pautar na:

[...] redução da expansão da base monetária (dinheiro em circulação); aperto do crédito; elevação das taxas de juros; diminuição do déficit do setor público, pelo aumento da arrecadação e o corte de gastos e subsídios; atualização da taxa cambial pela desvalorização da moeda; redução das importações; aumento das exportações; e restrição dos salários. [...].⁸

Tal política de caráter extremamente recessivo significou a “queda da produção e nas atividades em geral, falência das empresas, aumento do desemprego e redução dos salários”. Os setores largamente “atingidos pela recessão foram as indústrias de bens de consumo, bens de capital, construção civil, comunicações e transporte”, ao mesmo tempo em que as empresas estatais viram-se obrigadas a “reduzir seus investimentos, diminuir as encomendas e atrasar os pagamentos [...]”.⁹

Esta primeira tentativa de ajuste sob as recomendações do FMI não foi exitosa, forçando o País a recorrer inúmeras vezes àquela instituição.¹⁰ A recessão e as tentativas de ajustamento percorreram todos os anos 1980, pois, apesar das constantes idas ao FMI, a instabilidade monetária continuou por toda a década obrigando aos governos que se sucederam à implementação de vários planos econômicos com resultados desastrosos, tanto para o sistema produtivo, quanto para a população. No período entre 1980 a 1990 o Brasil se utilizou de seis planos econômicos e cinco moedas diferentes¹¹, sem, no entanto, resolver os problemas referentes à estabilização. De acordo com o DIEESE a escalada inflacionária só não se caracterizou como uma “hiperinflação clássica porque não houve um colapso do sistema financeiro e do sistema industrial”. Isto não ocorrera em função “dos mecanismos de

⁸BRUM, *op. cit.*, p. 391.

⁹*Idem, ibidem*, p.391.

¹⁰ Durante esse período, as negociações foram muito dolorosas, sendo que nada menos que sete cartas foram examinadas pelo Fundo Monetário Internacional nos dois anos subseqüentes.

¹¹ No governo José Sarney foi lançado cinco planos de estabilização: Plano Cruzado (28 de fevereiro de 1986) que foi alterado por duas vezes passando pelo Cruzadinho (22 de julho de 1986) e pelo Cruzado II (21 de novembro 1986); Plano Bresser (16 de junho de 1987) e Plano Verão (16 de janeiro de 1989). No ano de 1990, sob a presidência de Fernando Collor, foi lançado o Plano Brasil Novo ou Plano Collor I (16 de março de 1990) e o Plano Collor II (31 de janeiro de 1991). As moedas adotadas, entre os anos de 1980 a 1990, compreenderam: Cruzeiro (Cr\$); Cruzado (Cz\$); Cruzado Novo (NCz\$); e, novamente o Cruzeiro (Cr\$), em março de 1990.

indexação que impediam uma depressão econômica”, porém, esses mecanismos realimentavam e “mantinham a inflação em rota de crescimento”.¹²

Em um contexto de elevada transferência da riqueza nacional produzida, com um setor público altamente endividado e imobilizado, a capacidade de investimento foi ficando gradativamente enfraquecida, o que por sua vez, impactava fortemente no poder de desenvolvimento do País. Outro fator que agravava este quadro era o avanço contínuo da taxa de inflação que corroía os salários, levando a forte queda no poder de compra dos trabalhadores. Dessa forma, criou-se uma situação em que o Estado que fora o grande condutor do crescimento econômico fosse perdendo seu dinamismo, o que acabou levando o País ao rumo da estagnação.

O crescimento econômico depende, sobretudo, da capacidade de gerar elevada taxa de poupança/investimento, sendo que os recursos para investimento têm origem em três fontes: setor privado, setor público e setor externo. Nos anos 1970, conforme Brum, “a taxa de investimento alcançou uma média anual de quase 27%”, ficando em torno de 16% a 17% a participação do setor privado, 6% a do setor público, e, entre 3% a 4% a do setor externo. Porém, nos anos de 1980 e início dos anos de 1990, a taxa média de investimento declinou, alcançando apenas a média anual de 16% a 17%.¹³ Essa redução no poder de investimento ocasionou o retrocesso no ritmo da produção industrial, que registrou uma queda no nível de 14,27% já nos primeiros três anos da década de 1980. Ao longo dos anos de 1980 o comportamento da produção oscilou, alcançado períodos de recuperação seguidos de períodos de retrocessos.

O impacto negativo da indústria sinalizava a necessidade de tomada de medidas, por parte do setor industrial brasileiro, que pudessem conter e reverter o quadro de crise na atividade produtiva. Ao mesmo tempo, as pressões sobre o aumento das exportações provocadas, seja pelo arrefecimento do mercado interno ou pela necessidade de aumentos do superávit da balança comercial para o pagamento da dívida externa, alteraram sensivelmente os patamares de competitividade das empresas brasileiras, colocando-as diante de novos padrões de qualidade e produtividade.

Luis Paulo Bresciani, em sua pesquisa sobre a reestruturação produtiva no setor industrial automotivo brasileiro, lembra que até o início dos anos de 1980 a indústria

¹² DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001, p. 195-196.

¹³ BRUM, *op. Cit.*, p. 436-437.

montadora brasileira “caracterizava-se, assim como o conjunto da economia do País, por um relativo ‘fechamento’ em si mesma.” Ao mesmo tempo, a “produção era praticamente toda destinada a um mercado interno crescente, as fábricas instaladas eram bastante verticalizadas, e a aquisição de componentes e insumos em outros países era pouco relevante.”¹⁴ No entanto, com a crise vivenciada no período entre 1981-1983, o autor ressalta que as empresas aqui instaladas se voltaram a uma mudança de estratégia onde passaram a direcionar parcelas expressivas da produção aos mercados de exportação.

Nesta perspectiva Carvalho pontua que:

A crise econômica levou as empresas a uma nova situação de mercado. O estreitamento do mercado interno e as facilidades governamentais concedidas às exportações casaram com a intenção das montadoras multinacionais de diversificar suas bases de produção para exportação. Assim, apesar do acirramento da concorrência no mercado externo, às subsidiárias brasileiras embarcaram na estratégia de diversificar mercados e ampliar as vendas externas. Para tanto tiveram que promover mudanças nos produtos, adotando modelos cujos padrões de qualidade e custos fossem aceitáveis no mercado mundial (carro mundial), o que exigiu uma grande remodelação dos processos de produção, onde ganhou destaque a introdução de equipamentos automatizados de base microeletrônica (AME).¹⁵

A partir daquele momento, o setor industrial deu início a um processo de reestruturação de sua base técnica de produção, ocasionando amplas mudanças nos padrões de uso e controle da força de trabalho utilizada. Nesse sentido, para Leite, o direcionamento da produção aos mercados de exportação foi o fator responsável por duas alterações significativas. De um lado, “a busca de inovações tecnológicas que visavam aumentar a eficiência das empresas”. De outro lado, a “substituição de políticas repressivas de gestão de trabalho por formas menos conflituosas que permitissem às empresas contar com a colaboração dos trabalhadores na busca de qualidade e produtividade”.¹⁶

¹⁴ BRESCIANI, Luis Paulo. Os desejos e o limite: reestruturação industrial e ação sindical no complexo automotivo brasileiro. In: LEITE, Márcia de Paula (Org). **O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 37.

Neste estudo o autor desenvolve uma pesquisa rica em informações sobre o processo de reestruturação produtiva centrando suas análises sobre o complexo automotivo do ABC paulista. O estudo engloba também a avaliação em torno da organização sindical na indústria automobilística brasileira, pautando a discussão sobre os limites e avanços das centrais sindicais, das comissões de fábrica e das câmaras setoriais diante da reestruturação do trabalho e da produção que ocorre nas últimas décadas do Século 20.

¹⁵ CARVALHO, Ruy de Quadros. **Tecnologia e trabalho industrial: as implicações sociais da automação microeletrônica na indústria automobilística**. Porto Alegre-RS; L& PM, 1987, p. 214-215.

¹⁶ LEITE, Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 69.

Deste modo, o processo de reestruturação produtiva que se instalou em nosso País, nas últimas décadas do Século 20, passou a alterar gradativamente o comportamento e a dinâmica produtiva dos setores industriais. As empresas, em especial a indústria automobilística, começaram paulatinamente a introduzir algumas técnicas de produção e trabalho baseadas no modelo de produção toyotista flexível, “como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), bem como novos equipamentos de base microeletrônica, como Controladores Lógico Programáveis (CLPs), robôs, Máquinas Ferramentas de Controle Numérico (MFCNs)”¹⁷. Tais técnicas produtivas foram introduzidas, de forma isolada, já nos anos de 1970, sendo verificada na unidade da Volkswagen em São Bernardo do Campo- SP e em outras indústrias de destaque como a Johnson & Johnson, Embraer e General Electric. Oliveira enfatiza que “primeiro foi a vez do CCQ, sinalizando que a chave da eficácia dos esforços para superar um quadro de crise seria a reorganização do trabalho. O CCQ chega ao Brasil em 1970, no governo Médici [...]”¹⁸. O *Kanban*, por sua vez, chegara ao Brasil em 1977. Assim, aos poucos outras técnicas foram chegando como a “polivalência, o *Kaisen*, a qualidade total e a parceria”. Pode-se perceber que, mesmo de forma isolada, este momento inicial “já continha em si o prenúncio de alteração no padrão industrial do capitalismo brasileiro”¹⁹.

Carvalho considera que a diversidade das aplicações de automação microeletrônica, a introdução de sistemas CAD (desenho auxiliado por computador) e o processo paralelo de intensificação do processamento eletrônico de informações gerenciais, indicam que a indústria automobilística desenvolveu, no início dos anos de 1980, projetos abrangentes de *modernização* com base na tecnologia microeletrônica.²⁰ O autor observa ainda que, os novos lançamentos na indústria automobilística, na primeira metade dos anos de 1980 (Monza, Escort, Uno), foram orientados por “padrões internacionais de concepção do produto e de métodos produtivos”²¹. Tais métodos, por sua vez, tornaram os carros mais compactos do ponto de vista do motor e da aerodinâmica o que levou a um menor consumo de combustível e menor número de pontos de solda possível.

¹⁷LEITE,2003, p. 70.

¹⁸ OLIVEIRA, Eurenice de. **Toyotismo no Brasil**: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 85.

¹⁹OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 97.

²⁰ CARVALHO, *op. cit.*, p. 115.

²¹*Idem, ibidem*, p. 111.

No entanto, o pesquisador Mario Salerno²² alerta que a extensão da introdução das técnicas toyotista no Brasil ocorrera de “forma parcial e seletiva”. No que tange à difusão do *just in time*, por exemplo, o autor explica que o JIT externo apresentava uma difusão relativamente restrita, sendo aplicado a poucos fornecedores, notadamente da indústria automobilística, enquanto que o JIT interno teve razoável implantação, embora fosse comum as empresas utilizarem sistemas semelhantes ao kanban, mas não trabalharem o JIT. Em se tratando dos CCQs, estes sofreram na sua implantação influências das flutuações da economia e do combate sindical. Já a presença das células de produção²³ fora notada num nível razoável nos setores de produção seriada de média e alta escala.

A forma “parcial e seletiva” em que ocorre a introdução das novas técnicas produtivas japonesas deve-se ao caráter conservador do empresariado brasileiro. Estudos consistentes desenvolvidos por pesquisadores como Helena Hirata, Mario Salerno, John Humphrey e Márcia Leite²⁴ demonstram que as adaptações das novas formas produtivas, sofreram fortes resistências por parte do patronato. Num quadro marcado pelo forte autoritarismo no interior das empresas, gerências resistiam em adotar o trabalho em equipe, bem como, medidas que permitissem a maior participação dos trabalhadores na esfera produtiva. Oliveira acrescenta que a relutância em delegar funções e decisões aos operários ocorria pelo fato de que os gerentes visualizavam nestas inovações tecnológicas e organizacionais “ameaças de perda de *status* e questionamento de sua autoridade”²⁵.

Contribuindo neste enfoque, Jacob Gorender relata que o que mais chamou atenção, nesse período inicial da introdução das novas técnicas produtivas, foi

[...] o obstáculo representado pela tradição simultaneamente despótica (mandonista) e paternalista das administrações empresariais brasileiras. A delegação de maior responsabilidade aos trabalhadores e a confiança na sua capacidade de resolver problemas ocorrentes no chão da fábrica não pareciam se coadunar com esse estilo empresarial. As novas tecnologias eram vistas por certos gerentes sobretudo como métodos que facilitavam o controle dos operários. De qualquer maneira, as condições econômicas dos anos 80 não favoreciam senão um processo atrasado e lento de introdução da nova tecnologia informática. Operando em regime de mercado protegido, dentro das normas rígidas do modelo de substituição de

²² SALERNO *apud* LOMBARDI, Maria Rosa. Reestruturação produtiva e condições de trabalho: percepções dos trabalhadores. In: **Educação e Sociedade**, ano XVIII, n.61. Campinas-SP: Unicamp, dezembro de 1997, p. 72.

²³ A Célula de Produção caracteriza-se como uma forma de organização que procura a integração como meio para alcançar um objetivo, integração entre os operadores envolvidos diretamente com os postos produtivos e destes com os postos de apoio direto e indireto. Em um sistema de produção organizado em células de fabricação, a administração torna-se mais simples e eficiente, decorrência imediata da decomposição do sistema global de produção em subsistemas de menor dimensão.

²⁴ LEITE, 2003, p. 67-90.

²⁵ OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 95.

importações, as empresas brasileiras tinham pouco incentivo para modificar o processo de produção e inovar com relação aos seus produtos. A espiral inflacionária induzia a formação de estoques e desaconselhava a adoção do JIT [...]”²⁶

Oliveira reforça esta ideia quando analisa os CCQs, pois,

Para a gerência [...] os CCQs devem ser vistos como instrumento de controle de qualidade, tão somente. Sem mudanças na hierarquia, sem alteração de responsabilidades. Desse modo, o início da década de 1980 assiste a um retardamento no processo de implantação de CCQs.²⁷

A resistência e o caráter defensivo de como se desenvolvia a introdução dos novos métodos produtivos acabava, de certa forma, acentuando os princípios fordistas de padronização e rotinização do trabalho. Isso ocorre, conforme avalia Salerno, na medida em que o trabalho real continuava tendo uma prescrição individual via roteiros de fabricação e a polivalência parecia entendida como multitarefa. Os grupos autônomos apresentavam-se ausentes nas empresas com células, e os CCQs foram usados numa perspectiva conservadora na medida em que o trabalho real continuava taylorizado e com forte intensificação do trabalho, concomitantemente com a implantação de células e o JIT interno.²⁸ Assim, o autor explica que durante a jornada de trabalho o operário acabava realizando uma “sequência limitada de operações padronizadas e repetitivas”, na qual a “polivalência significava a capacidade de alimentar mais de um tipo de máquina, antes de ser o operário especializado em cada uma delas”. O grupismo se referia “a um grupo de máquinas e não a um grupo de trabalhadores.”²⁹

Convergindo a esse raciocínio, os estudiosos Ruy de Carvalho e Hubert Schmitz defendem a existência do aprofundamento dos princípios fordistas nas estratégias modernizadoras das indústrias automobilísticas brasileiras onde estariam optando por uma automação seletiva voltada para a integração e a sincronização das operações de manufatura. Nessa estratégia, segundo os autores, “as tarefas tornaram-se mais ritmadas pela máquina do que antes” e o fordismo, ao invés de ser superado, foi intensificado.³⁰

²⁶ GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. In: **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29. São Paulo: USP, jan./abr. 1997, p. 322.

²⁷ OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 96.

²⁸ SALERNO *apud* LOMBARDI, *op. cit.*, p. 72.

²⁹ SALERNO *apud* LEITE, 2003, p. 74.

³⁰ CARVALHO; HUBERT, *apud* LEITE, 2003, p. 75.

Havia, ainda, outros fatores relacionados que se demonstravam contrários a adoção da nova política de gestão do trabalho, dentre esses estão: às altas taxas de rotatividade de trabalhadores; o uso indiscriminado das demissões como forma de enfrentamento das crises econômicas; e as políticas salariais baseadas em complexas estruturas de cargos e salários. Tal fato explica o baixo nível educacional, de qualificação e treinamento da mão de obra empregada, que se verificou ao longo do período de industrialização brasileira, pois, “dificilmente as empresas investiriam em trabalhadores que seriam demitidos logo depois”³¹. No que se refere à questão salarial, os grandes diferenciais de salários dificultavam as políticas de envolvimento dos trabalhadores, uma vez que a multifuncionalidade pressupõe pequenas diferenças salariais. Vale lembrar que para a consolidação das políticas da produção toyotista no Japão, país de origem, fora necessário “a implementação de contrapartidas salariais que assegurassem ao coletivo de trabalho perspectivas de carreira e aposentadoria”³², o que esteve longe de ser implementado no Brasil.

3 Avanços e retrocessos na luta dos trabalhadores

Se houve resistências por parte do empresariado às implantações dos novos métodos de organização produtiva, não diferente o foi por parte dos trabalhadores das grandes indústrias. No caso destes, porém, a resistência se dava em função dos maiores níveis de exploração sobre o trabalho que a introdução da produção flexível, haveria de causar, tendo como agravante o cenário de conservadorismo/autoritarismo, em que o uso da mão de obra era submetido ao extremo controle com rígidas políticas de intensificação do trabalho e contenção salarial. Para os trabalhadores o uso das novas tecnologias produtivas viria acentuar ainda mais o quadro já degradante e predatório da exploração sobre o trabalho.

Então fora, neste período, na virada dos anos de 1970 para os anos de 1980, em que a grave situação econômica jogara o País a uma forte recessão, paralelamente, à crise política da Ditadura Civil-Militar, que o movimento operário entra em cena enfrentando, como alega Carvalho, “patrões, polícia, cachorros, a televisão e até o Exército para garantir a recuperação de seu direito de parar as máquinas e retornar a condição de ator político de primeiro plano” e,

³¹ LEITE, 2003, p. 77.

³² OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 52.

assim, tomando corpo e força o questionamento em torno dos “mecanismos de dominação do capital expressos nas políticas de gestão da força de trabalho”³³.

Em pleno processo de transição da Ditadura Civil-Militar para a democracia assistíamos a uma revitalização dos movimentos dos trabalhadores que se revestia de redobrada importância, pois, não somente eclodiram um, até então, silencioso movimento sindical, como acabaram por impulsionar a própria redemocratização do País.

Neste sentido Carvalho avalia que,

A retomada do movimento dos trabalhadores consolidou-se ao longo dos anos 80, favorecendo o surgimento de um novo tipo de sindicalismo com penetração e legitimidade nas bases e com perspectiva mais ampla de atuação, que associa à luta por salários as reivindicações relativas às condições de exercício do trabalho e à limitação dos instrumentos de dominação do capital na empresa [...]³⁴

Assim, Leite pontua que o movimento sindical brasileiro experimentou “[...] um vigoroso processo de fortalecimento nos anos 80, tendo se configurado desde o final da década anterior como um ator social de crucial importância nos processos de reorganização da sociedade civil e de transição democrática”.³⁵

[...] cresceu e consolidou-se um vigoroso movimento de trabalhadores, com base principalmente nos seguimentos da classe operária vinculados às indústrias de ponta (com destaque para os metalúrgicos), mas que também compreende trabalhadores da área de serviços privados e públicos. Com maior enraizamento nas bases e inovando as formas de organização (comissão de fábrica) e de luta (operações tartaruga, greves-pipoca), este movimento deu maior vitalidade aos sindicatos e, passando por cima da legislação, conquistou na prática o direito de greve e a negociação direta.³⁶

Ao mesmo tempo, as forças atuantes do movimento dos trabalhadores se reorganizaram e fundaram novas centrais sindicais que viriam a coordenar a nível nacional as ações dos trabalhadores. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada sobre as bases deste “novo sindicalismo”, ocupou lugar de destaque como condutora das inúmeras mobilizações e greves de caráter nacional.³⁷ Conforme sugere Costa “o chamado ‘novo sindicalismo’ imprimiu ao

³³ CARVALHO, *op.cit.*, p. 89-90.

³⁴ *Idem, ibidem*, p. 89

³⁵ LEITE, *op.cit.*, 1997, p. 16.

³⁶ CARVALHO, *op.cit.*, p. 90.

³⁷ Estudos mostram que, dentre os anos de 1978 e 1984, ocorreram 1.062 greves no Brasil. CARVALHO, *op.cit.*, p. 90. Ao longo da década de 1980 foram contabilizadas cerca de 6.500 greves envolvendo as mais variadas categorias profissionais. COSTA, Márcia da Silva. Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das

sistema de representação um padrão combativo de ação sindical, sentido principalmente, no fortalecimento da resistência de base ao poder arbitrário das gerências na organização do processo de trabalho.”³⁸ Esse padrão combativo cuja maior arma de pressão fora a greve pressionava a abertura de canais de comunicação e negociação direta entre os trabalhadores e o patronato deslocando, assim, a resolução de conflitos para o interior das empresas fazendo com que

Aspectos do trabalho até então de domínio exclusivo da gestão empresarial, como o controle disciplinar, ritmos de produção, regras de promoção, estabilidade, distribuição de horas extras, condições de higiene e segurança no trabalho, etc., passaram a ser confrontados, pelo menos nos setores mais fortemente organizados, através da militância dos trabalhadores e através da reivindicação crescente de espaços de intervenção diretamente barganhados. [...]

Mesmo à custa de muita resistência por parte das gerências, as figuras dos delegados de base, as comissões de representação interna dos trabalhadores, as comissões de fábrica, os grupos de negociação, constituíam atores novos [...] a demandar poder de voz e a criar uma nova institucionalidade no padrão das relações de trabalho, fazendo emergir conflitos latentes e trazendo a sua resolução para dentro das empresas [...].³⁹

A emergência das lutas operárias, através das comissões de fábrica e das centrais sindicais, levou a significativos avanços na participação dos trabalhadores na implantação da *modernização* tecnológica nos setores produtivos, mesmo diante da forte resistência do patronato. As comissões de fábrica de várias indústrias, conforme explana Bresciani, “conquistaram o direito de receber informações prévias sobre as mudanças programadas pelas empresas estendendo-se o que fora alcançado pelos trabalhadores da Volkswagem em 1985”.⁴⁰ Outra importante ação “diz respeito à realização de encontros nacionais e internacionais de trabalhadores do complexo automotivo.”⁴¹ Tais mudanças “organizativas” dos trabalhadores estavam integradas à criação de limites às políticas de gestão da mão de obra das empresas. Nesse sentido, Carvalho utiliza como exemplo a conquista do piso salarial e a equiparação salarial⁴², que além do significado econômico, foram pensadas como forma de desestimular a alta rotatividade provocada pelas empresas.

relações de trabalho no Brasil. In: **RAE – eletrônica**, v. 2, n. 2. Rio de Janeiro: FGV-EAESP, julho-setembro de 2003, p. 04. Disponível em: <http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1527&Secao=RECURSOS&Volume=2&Numero=2 &Ano=2003>. Acesso em 10/11/2012.

³⁸ COSTA, *op. cit.*, p. 4.

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 4.

⁴⁰ BRESCIANI, *op. cit.*, p. 79.

⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 79.

⁴² Equiparação salarial para realização do mesmo trabalho e/ou função exercida.

Outras conquistas dizem respeito às negociações coletivas que antes acompanhavam meramente as formalidades da implantação de ajustes salariais pelo governo, passando a incorporar, ainda que de forma descentralizada, reivindicações a respeito: de abonos salariais e de produtividade; da igualdade de salários para o mesmo trabalho; igualdade de salário e tratamento entre os sexos; da redução da jornada de trabalho; das condições de segurança e saúde do trabalhador, etc.

Em meio a estas conquistas e, sobretudo, a retomada das lutas sociais é que foi promulgada a Constituição de 1988. A nova Carta Magna coroou o despertar da cidadania da década de 1980, legalizando conquistas há muito tempo reivindicadas, algumas, inclusive, já em prática. Essas conquistas foram tanto no âmbito da representação dos interesses, tais como, o direito de greve, a liberdade sindical, bem como, a institucionalização dos delegados de base; quanto no âmbito da ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, com a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas, a introdução do seguro desemprego nos marcos dos direitos trabalhistas, a ampliação da licença gestante para 120 dias e a criação da licença paternidade.

Desta forma, a Constituição de 1988 consagrou um avanço extraordinário na consolidação de direitos e garantias fundamentais, inscrevendo-se como a maior Carta de Direitos produzida até então, sendo o documento mais abrangente e pormenorizado da matéria em toda História Constitucional Brasileira.⁴³ No entanto, apesar de todos os avanços, paradoxalmente, a Nova Constituição abriu caminho para a criação de um marco flexibilizatório das regras trabalhistas, pautado numa perspectiva de desregulamentação das políticas públicas e sociais, que será aprofundado nos anos seguintes, em especial, a partir da década de 1990.

Nesta ênfase, Maurício Godinho Delgado sustenta que a Constituição de 1988 retirou do Direito Individual do Trabalho a rigidez que caracterizou as normas ao longo das décadas anteriores. No contexto em que ocorre a democratização do Brasil, foi permitido à negociação coletiva sindical se adequar às normas trabalhistas perante as necessidades sócio-econômicas

⁴³ Neste contexto, faz-se relevante salientar que em âmbito internacional vinham sendo efetivados Pactos Universais de Direitos Humanos, que ampliavam os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos firmada em 1948. Destaca-se aqui, também, as Convenções realizadas pela Organização Internacional do Trabalho, órgão vinculado a ONU, que desempenha papel fundamental de proteção às questões trabalhistas em âmbito internacional. Essas normativas internacionais inspiraram e influenciaram a Assembleia Constituinte de 1988. Com a redemocratização, o País retomou uma postura de compromisso com os direitos humanos perante a comunidade jurídica internacional.

e profissionais.⁴⁴ Tal fato pode ser percebido no artigo 7º da Constituição, onde ficam definidos como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a “irredutibilidade do salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável”; a “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”; bem como, a “jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva”.⁴⁵

Assim, a Constituição de 1988, ao colocar uma significativa ênfase nas negociações coletivas, fez com que as regras não se colocassem com a devida clareza, o que, por sua vez, fez com que os direitos trabalhistas passassem a ser definidos pela lógica da correlação de forças entre patrões e empregados.

Tal fato gerou uma situação onde, conforme Costa,

A agregação e a conciliação de interesses dos diversos grupos econômicos em torno de políticas públicas de alcance mais generalizado encontrou enormes barreiras na grande diferenciação de seu poder de organização e pressão, isso tanto para as entidades de trabalhadores como para as patronais. As enormes diferenças econômicas setoriais e regionais coadunadas com os fracassos sucessivos dos planos de estabilização econômica inviabilizaram as tentativas de ação cooperativa e solidária entre os sindicatos, debilitando seu poder para negociar, de forma mais homogênea, políticas de emprego e renda e mecanismos que assegurassem direitos mínimos de representação coletiva, tanto nos locais de trabalho, quanto nas altas cúpulas estatais de formulação de políticas públicas.⁴⁶

Desta forma, ficavam limitadas as articulações e negociações em torno de grandes acordos coletivos centralizados, o que fez com que os resultados das negociações se diferenciasssem de acordo com o grau de mobilização dos sindicatos de base. Tal fato gerou um sistema de representação articulado em uma malha de pequenos sindicatos, enfraquecendo o potencial das centrais sindicais. Esta lógica gerou um conjunto de negociações coletivas descentralizadas que, conforme Costa, “impediram uma maior homogeneização das conquistas no que se refere ao nível de emprego e ao padrão de distribuição de renda e bem

⁴⁴DELGADO *apud* DELGADO, Gabriela Neve. **Direito fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006, p. 198.

⁴⁵CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (DE 5 DE OUTUBRO DE 1988). 39ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2006, p. 14-17.

⁴⁶COSTA, *op. cit.*, p. 05.

estar, o que veio a ampliar a já histórica/estrutural heterogeneidade do mercado de trabalho no país⁴⁷.

Em síntese, pode-se afirmar que as mobilizações dos trabalhadores, realizadas ao longo dos anos 1980, exerceram papel fundamental para que a Constituição de 1988 apontasse uma tendência à formação de um Estado de Bem-Estar tardio no Brasil. Esta tendência, por sua vez, acabou sendo contida, sobretudo, por dois fatores. De um lado, a correlação de forças na Assembleia Constituinte, amplamente favorável ao conservadorismo do patronato brasileiro. De outro lado, a própria dinâmica da reestruturação produtiva que gradativamente se inseria no país - caracterizada pela introdução de métodos flexíveis de produção e de apropriação da mão de obra - ocasionaria alterações nas relações de trabalho e, em decorrência destas, nos direitos trabalhistas que passariam a ser enormemente flexibilizados.

Assim, nem mesmo as intensas mobilizações sociais dos anos 1980, foram suficientes para incorporar conquistas mais generalizadas no plano da redução das desigualdades sociais e econômicas, pois, no decorrer do período, a desigualdade social se acentuou significativamente. O índice de Gini⁴⁸ que era de 0,59 em 1980, aumentou para 0,64 em 1989. O número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza passou de 29,5 milhões, o que representava 24,8% da população em 1980, para 39,2 milhões em 1989, representando naquele ano 27,2% da população.⁴⁹ A queda na participação dos 10% mais pobres na renda do País, ocorrida nas duas décadas anteriores, se aprofundou, ao mesmo tempo em que a participação dos 10% mais ricos se acentuou. Essa informação pode ser melhor sintetizada na tabela abaixo:

TABELA 2 - Participação Percentual da renda da População Economicamente Ativa Brasileira na Renda do País (1960-1989)

Anos	10% mais pobres	10% mais rica
1960	1,9	39,6
1970	1,2	46,7
1980	1,1	51,7
1985	0,9	47,7
1986	1,0	47,5
1989	0,8	50,0

Fonte: CAMPOS, 1990, p. 159.⁵⁰

⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 05.

⁴⁸ O índice de Gini, que varia de zero a um, é um indicador da igualdade ou desigualdade de uma distribuição. Quando igual a zero, significa a situação teórica de igualdade. Quando igual a um, ocorre a situação de máxima desigualdade. Portanto, quando se aproxima de um, significa que uma dada distribuição está se concentrando.

⁴⁹ SOUZA, *op. cit.*, p. 198.

⁵⁰ CAMPOS, Silvia Horst. Salários e política salarial no final dos anos 80: uma discussão. In: **Indicadores Econômicos FEE**, v. 17, n. 4. Porto Alegre-RS: FEE, 1990.

Outro fator a ser destacado é a queda da participação da renda do trabalho no PIB nacional. Esta participação que era de 40,7% em 1970, diminuiu para 37,9% em 1980, e diminuiu ainda mais em 1989 passando para aproximadamente 29%. Tal fato está ligado ao aprofundamento da tendência verificada nos anos 1970 de superexploração da mão de obra, uma vez que “entre 1975 e 1988, a produtividade na indústria aumentou numa proporção oito vezes maior que os vencimentos do trabalho, respectivamente, 25,9% e 3,9%”.⁵¹ Ao mesmo tempo, a participação do setor financeiro na renda nacional aumentou de 7,8%, em 1980, para 19,5% em 1989.⁵² Tais fatos tornavam visível o aumento da concentração de renda.

Paralelamente ao aumento da desigualdade social, a estrutura do mercado de trabalho brasileiro sofreu significativas alterações nos anos 1980. As ocupações urbanas cresceram de 30,3 milhões, em 1979, para 45,7 milhões, em 1989, consolidando ainda mais a tendência a diminuição do mercado de trabalho rural. Este crescimento, conforme Baltar, “ocorreu, principalmente, no comércio, e numa variada gama de prestação de serviços como administração pública, educação, saúde, alimentação e alojamento, reparação e manutenção, limpeza e vigilância e todo um conjunto de serviços de apoio à atividade econômica”.⁵³

Com relação à ocupação houve um aumento no percentual dos trabalhadores assalariados não-formais. Em 1979, estes representavam 21,5% dos empregados, já em 1989 passam a ser 27% dos empregados. Da mesma forma, houve um pequeno aumento no índice de trabalhadores por conta-própria de 17,9%, em 1979, para 19,1% em 1989. Isto explica a diminuição do peso do trabalho assalariado urbano de 76,1%, em 1980, para 74,6% em 1989, fruto da pequena geração de empregos formais no período.⁵⁴

De acordo com o exposto observa-se que o Brasil, ao longo dos anos 1980, não estava alheio a tendência dos países de capitalismo central no que diz respeito às mudanças no mundo do trabalho. Porém, diferentemente daqueles, onde o neoliberalismo e a desregulamentação das relações de trabalho se impunham desde fins dos anos 1970, as mudanças no mundo do trabalho brasileiro, naquela década, ainda estiveram presas à lógica do paradigma desenvolvimentista e do *fordismo periférico*⁵⁵. Tal fato fez com que a

⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 161.

⁵² SOUZA, *op. cit.*, p. 198.

⁵³ BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Estagnação da economia e crise do emprego urbano no Brasil. In: **Economia e Sociedade**, n. 6. Campinas-SP:NEPP/UNICAMP, junho de 1996, p. 91.

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 91.

⁵⁵ O conceito de *fordismo periférico* é utilizado por Alain Lipietz para definir as diferentes formas que o modelo de produção fordista assumiu em países da periferia do capitalismo, entre esses o Brasil. De acordo com Lipietz,

reestruturação produtiva ocorresse de maneira um tanto tímida. Esta somente avançou nos anos 1990, quando as tentativas de salvar o desenvolvimentismo foram abandonadas, sendo substituídas pelo paradigma neoliberal.

4 Considerações Finais

Ao encerrar esse estudo podemos considerar que a economia brasileira vivenciou no início dos anos de 1980, um dos períodos mais críticos presenciados até então: a crise da dívida externa que estourou em fins de 1982. Uma crise que decorre devido a fragilidade da base sobre a qual o desenvolvimento da economia se amparava, fortemente dependente do financiamento externo. No momento em que o capital passa a ser restringido pelos países financiadores do nosso desenvolvimento, ao mesmo tempo em que esses países voltam-se a cobrar os empréstimos realizados, o Brasil se depara numa situação de reversão de recursos, ou seja, a transformação da absorção de recursos em transferências para o exterior. A partir daí, o país viu-se diante do peso da crise da dívida externa, que além da transferência de recursos, surgiam também os principais problemas econômicos como: os altos juros, a acelerada inflação, o desemprego e o déficit do setor público. Com juros tão elevados, inflação em disparada e falta de recursos para investir, o setor produtivo acabou perdendo fôlego e os níveis de crescimento passaram a se retrair, levando a economia a uma situação insustentável de depressão e estagnação.

Os efeitos negativos da crise econômica se refletiram por toda sociedade, no entanto, o conjunto da população trabalhadora, que já vinha com um histórico de precariedade do trabalho e de uma política de baixos salários ao longo do século 20, a situação depressiva da economia fez com que essas características fossem ainda mais agravadas. Tal situação pode ser percebida quando a indústria passou a introduzir novos mecanismos de inovação tecnológica ao setor produtivo, objetivando aumentar a produtividade e a competitividade, o que houve foi uma maior intensificação do trabalho, já que o nível de emprego diminuía e os

o *fordismo periférico* pode ser considerado “um autêntico fordismo, com uma verdadeira mecanização e uma associação intensiva e do crescimento de mercados em termos dos bens duráveis. Contudo ele continua sendo periférico, antes de mais nada no sentido de que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os postos de trabalho e a produção correspondendo aos níveis de fabricação qualificada e, sobretudo, de engenharia permanecem largamente exteriores a esses países. Por outro lado, os mercados correspondem a uma combinação específica do consumo das classes médias modernas locais, com acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens duráveis das famílias, e das exportações desses mesmos produtos manufaturados de baixo preço para o centro.” LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. In: **Ensaio FEE**, ano 10, n. 2. Porto Alegre-RS: Fundação de Economia e Estatística, 1989, p. 317.

salários se defasavam cada vez mais na medida em que a inflação aumentava. Esse tipo de exploração se verifica, por exemplo, ao observar a participação da renda do trabalho no PIB que em 1970 representava a média de 40,7% caindo para aproximadamente 29% em 1989, conforme visto no texto.

O processo de reestruturação produtiva e as novas formas de organização do trabalho que passam a ser introduzidos nos anos de 1980 se dão altos níveis de controle e atitudes autoritárias por parte das gerências, que de certo modo, também eram resistentes às inovações no que tangia ao envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo. Os métodos implementados melhoraram a produtividade e a qualidade da produção, no entanto, não proporcionaram significativos ganhos para os trabalhadores no que se refere a participação nos ganhos de produtividade. De uma maneira inversa, ao longo da década, a produtividade aumentava ao mesmo tempo em que o emprego e os salários diminuía. Uma combinação que demonstra o caráter defensivo do patronato industrial que buscava a redução de custos de produção com intensa redução da folha de pagamento.

Embora com todo esse contexto de adversidades, os anos de 1980 significaram para os trabalhadores a retomada de importantes reivindicações pela conquista de direitos trabalhistas. Fora um período histórico de enfrentamento, de luta e de uma indiscutível renovação na vida sindical, com a presença de centrais sindicais com grande poder de mobilização. Esse fortalecimento do movimento operário vinha crescendo desde fins dos anos de 1970 - quando o regime militar passava a demonstrar seus limites - e se firmou num momento marcado pela elevada instabilidade macroeconômica, paralisia dos investimentos e alta inflação. Podendo-se, ao mesmo tempo considerar, no momento em que o regime militar com seu modelo de desenvolvimento conservador e repressivo tornou-se insustentável. Tudo isso levou ao aguçamento dos movimentos sociais demonstrando que os trabalhadores e a sociedade como um todo não poderiam mais suportar tamanha injustiça econômica e social. Foi a partir dessa conturbação econômica e social que se promulgou a Constituição de 1988, trazendo consigo a legalização de conquistas há muito tempo reivindicadas, algumas, inclusive já em prática.

No entanto, apesar de todos os avanços em relação aos direitos trabalhistas inscritos na nova constituição, a mesma é elaborada e promulgada num contexto de mudanças e transformações, um momento em que o país busca reestruturar sua base produtiva adotando princípios de introdução tecnológica na produção baseados em modelos flexíveis de produção e apropriação da mão de obra, os quais evoluía a nível mundial. A nova dinâmica de

produção e trabalho exigia mudanças nas relações de trabalho forçando os direitos trabalhistas a se tornar adaptáveis e flexíveis à nova lógica produtiva. Nesse viés a redação da Constituição de 1988 acabou refletindo o teor dessas mudanças ao abrir caminhos para o marco flexibilizatório das regras trabalhistas que se será amplamente notável a partir dos anos 1990, quando a reestruturação produtiva ganha forte dimensão com a abertura comercial e o avanço do paradigma neoliberal.

Referências Bibliográficas:

- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Estagnação da economia e crise do emprego urbano no Brasil. In: **Economia e Sociedade**, n. 6. Campinas-SP: NEPP/UNICAMP, junho de 1996.
- BRESCIANI, Luis Paulo. Os desejos e o limite: reestruturação industrial e ação sindical no complexo automotivo brasileiro. In: LEITE, Márcia de Paula (Org). **O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 27ª edição. Ijuí-RS: Editora UNIJUÍ; Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.
- CAMPOS, Silvia Horst. Salários e política salarial no final dos anos 80: uma discussão. In: **Indicadores Econômicos FEE**, v. 17, n. 4. Porto Alegre-RS: FEE, 1990.
- CARVALHO, Ruy de Quadros. **Tecnologia e trabalho industrial: as implicações sociais da automação microeletrônica na indústria automobilística**. Porto Alegre-RS: L& PM, 1987
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (DE 5 DE OUTUBRO DE 1988)**. 39ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.
- COSTA, Márcia da Silva. Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de Trabalho no Brasil. In: **RAE – eletrônica**, v. 2, n. 2. Rio de Janeiro: FGV-EAESP, julho-setembro de 2003. Disponível em: <http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1527&Secao=RECURSOS&Volume=2&Numero=2 &Ano=2003>. Acesso em 10/11/2012.
- DELGADO, Gabriela Neve. **Direito fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006.
- DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.
- FILGUEIRAS, Luis Antonio Mattos. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FIORI, José Luís. **O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

- GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. In: **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29. São Paulo:USP,jan./abr. 1997.
- LEITE, Márcia de Paula. Reestruturação produtiva e sindicatos: o paradoxo da modernidade. In: LEITE, Márcia de Paula (Org). **O trabalho em movimento:reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil**. Campinas, SP: Editora Papirus, 1997.
- LEITE, Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação:mudanças produtivas e atores sociais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. In: **Ensaio FEE**, ano 10, n. 2. Porto Alegre-RS: Fundação de Economia e Estatística, 1989.
- LOMBARDI, Maria Rosa. Reestruturação produtiva e condições de trabalho: percepções dos trabalhadores. In: **Educação & Sociedade**, ano XVIII, n. 61. Campinas-SP: UNICAMP, dezembro de 1997.
- OLIVEIRA, Eurenice de. **Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.